

Advocacia Pública torna-se protagonista na responsabilização dos atos do dia 8 de janeiro

### Procuradoras e Procuradores do Estado aposentados e as nossas favoráveis conquistas

Advocacia Pública integra uma das funções essenciais à Justiça, conforme aponta o artigo 132 da Constituição Federal, possuindo a importante tarefa de intentar com eficiência o total atendimento e cumprimento dos interesses do Estado, na consecução da defesa da ordem jurídica, da lei e da democracia.

Assim sendo, é certo que a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, representante de um dos segmentos da Advocacia Pública paulista, vem atingindo resultados positivos, consoante sua atuação eficaz, bem como progredindo e desenvolvendo-se ininterruptamente, em face da dedicação e afinco dos Procuradores e Procuradoras do Estado quanto à obtenção e consecução dos melhores desfechos relativos ao exercício da Advocacia Pública do Estado de São Paulo

As Procuradoras e Procuradores do Estado em atividade e as Procuradoras e Procuradores do Estado aposentados, os primeiros comprometidos com o presente e atual exercício da Advocacia Pública, bem como os aposentados prestigiados pelos exitosos resultados já atingidos em prol do interesse público, detêm todos os méritos a ensejar os efetivos esforços e dedicação da APESP, visando a obtenção das mesmas recompensas e equiparação aos demais representantes das funções essenciais à Justiça.

E nesse diapasão a Diretoria da APESP, e destaco a dedicação ampla e irrestrita do seu Presidente, incansavelmente vem se empenhando ao alcance das justas, necessárias e devidas retribuições coerentes com o exercício árduo e à dedicação integral dos Procuradores e Procuradoras do Estado em atividade, os quais de maneira eficiente e eficaz vêm obtendo êxitos evidentes e sucessos nas pautas e nas ações propostas, bem como prestigiando as Procuradoras e Procuradores aposentados os quais já desempenharam tais misteres, deixando sólidos, competentes e acertados resultados para nosso Estado.

Em vista disso, cito inicialmente uma das propostas formuladas pela APESP, a qual virá trazer muitos benefícios para as Procuradoras e Procuradores aposentados, que se destina a criar a Diretoria de Relações com Aposentados e Pensionistas, órgão que será acrescido a título de inciso às disposições do artigo 12 do Estatuto da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo e terá como propósito representar os aposentados e aposentadas acerca das defesas dos seus direitos, dos seus interesses específicos, bem como de promover a integração destes com os demais associados e associadas da nossa entidade.

Destaco também a recente vitória no Supremo Tribunal Federal, no que se refere à implantação do "teto 100", ação promovida pela APESP, que se predispôs a cumprir a necessária isonomia entre os valores recebidos pelas demais carreiras jurídicas, bem ainda o mesmo limite remuneratório, cujo resultado foi o de equiparar os valores auferidos pelas Procuradoras e Procuradores aposentados e os da ativa ao valor estimado para o teto constitucional estipulado para o Supremo Tribunal Federal.

O outro pleito vitorioso apresentado pela APESP refere-se à extensão do auxílio-saúde para as Procuradoras e Procuradores aposentados, que de maneira desigual havia sido outorgado tão-somente aos da ativa, o qual foi totalmente acolhido pela Procuradora Geral do Estado, Dra. Inês Coimbra, resultando na devida e justa equiparação de direitos, acarretando, assim, o pagamento trimestral de tal verba também aos aposentados.

Demais disso, a título de benefícios propiciados aos aposentados e aposentadas, restou reconhecido, por força da ação proposta pela APESP, o direito destes ao percebimento dos proventos e honorários referentes ao nível ocupado na data da aposentadoria, possibilitando a manutenção dos proventos pela inatividade no valor da verba correspondente ao último nível em atividade, sem a necessidade do lapso de cinco anos para tanto.

Ademais, saliento ainda a reivindicação formulada pela APESP, que trata da inclusão da Advocacia Pública na PEC 63, que visa instituir parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço destinada tão-somente à Magistratura e ao Ministério Público, pleito com vistas a conferir o mesmo tratamento isonômico entre as carreiras jurídicas da Advocacia Pública, medida que atingirá também as Procuradoras e Procuradores aposentados.

E como medida vitoriosa resta mencionar ainda a relativa ao plano de saúde implementado pela APESP, plano que além de abarcar os Procuradores e Procuradoras em atividade, também engloba um grande número de Procuradoras e Procuradores aposentados e diferentemente dos outros planos de saúde, não foi afetado pelo reajuste autorizado pela ANS em 2022, mesmo após completar um ano de vigência, acarretando a inexistência de qualquer correção para os segurados e seguradas no ano de 2022, ocasionando inquestionável vantagem para os que o aderiram.

Assim, só resta concluir, com entusiasmo, que as vantagens e os benefícios conquistados e implementados pela APESP, para todos nós Procuradoras e Procuradores do Estado aposentados, foram dignos de satisfação, plenitude e confiança, o que nos demonstra que só caminharemos para a obtenção dos melhores e favoráveis desfechos.

**Mara Christina Faiwichow Estefam** 

VICE-PRESIDENTE DA APESP

#### COMUNICADO REAJUSTE DE MENSALIDADE DA APESP

A Diretoria da APESP, em reunião realizada no dia 7 de fevereiro, atendendo às necessidades de manutenção das atividades da Associação, deliberou por reajustar a mensalidade dos associados em 12,38%, de R\$ 210,00 para R\$ 236,00, a partir de março, a ser descontada em abril de 2023. O índice é suficiente para fazer frente às despesas da Associação para a defesa dos interesses dos Procuradores do estado de São Paulo, lembrando que o último reajuste ocorreu em abril de 2019 e que nesse período a inflação ficou em torno de 23%. Destaque-se que a mensalidade da APESP continua sendo uma das mais baixas em comparação com outras entidades representativas das carreiras essenciais à justiça.



ASSOCIAÇÃO DOS PROCURADORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

DIRETORIA GESTÃO 2022 | 2023

PRESIDENTE

Fabrizio de Lima Pieroni

VICE-PRESIDENT

Mara Christina Faiwichow Estefam

SECRETÁRIO-GERAI

José Luiz Souza de Moraes

DIRETORA FINANCEIRA

Monica Maria Petri Farsky

DIRETORA SOCIAL E CULTURAL

Rosely Sucena Pastore

DIRETORA DE PREVIDÊNCIA E CONVÊNIOS
Patricia Ulson Pizarro Werner

DIRETORA DE ESPORTES E PATRIMÔNIO

Bruna Helena Alvarez F. Oliveira

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

Ana Clara Quintas David

DIRETORA DO INTERIOR E DEMAIS UNIDADES

Maria Cecília Claro Silva

DIRETORA DE PRERROGATIVAS

Roberta Callijão Boareto

CONSELHO ASSESSOR

Amilcar Aquino Navarro Carlos José Teixeira de Toledo

Cintia Oréfice

Marcos Fabio de Oliveira Nusdeo

Mirna Cianci

Yara de Campos Escudero Paiva

CONSELHO FISCAL

Eduardo Bordini Novato

Pedro Henrique Lacerda Barbosa Ladeia

Vanderlei Ferreira de Lima

PRODUÇÃO

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marialice Dias Gonçalves

EDIÇÃO E REDAÇÃO DE TEXTOS

Cristiano Tsonis

(jornalista responsável – MTB 30.748)

C Tsonis Produção Editorial

FOTOS

Acervo APESP, Acervo AGU Foto capa Joedson Alves / Agência Brasil

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. ACESSE A VERSÃO *ONLINE* DO JORNAL DA APESP NO *SITE* WWW.APESP.ORG.BR

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO EM 24/03/2023

# Fabrizio Pieroni: "tenho muito orgulho da gestão que nossa Diretoria vem fazendo à frente da APESP"

Iniciando seu último ano de mandato à frente da APESP, o Presidente Fabrizio Pieroni trata nesta entrevista da comemoração dos 75 anos da APESP, das conquistas da Associação nos últimos quatro anos e do que será possível avançar em 2023. Ademais, Pieroni, que também é Diretor Legislativo da ANAPE, traça as perspectivas da Advocacia Pública no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa de São Paulo.



Fabrizio de Lima Pieroni, presidente da APESP

#### Atuação da APESP: conquistas e perspectivas

Maior entidade representativa dos Procuradores do Estado de São Paulo, a APESP completará 75 anos de fundação em 2023 – um jubileu de diamante. Qual a importância dessa efeméride para a carreira?

A história da APESP se confunde com a história da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo e da democracia brasileira. Desde sua fundação, em 1948, a Associação tem participado ativamente da construção da PGE-SP e da organização constitucional do nosso país. Participamos de todos os debates que se instauraram para a criação e consagração da carreira de Advogado Público. Mesmo nas Cartas outorgadas, como a paulista de 1967, conseguimos dialogar e garantir um capítulo sobre a Procuradoria do Estado. Apoiamos o movimento pelas "Diretas Já". Estivemos presentes na Constituinte e em conjunto com a ANAPE lideramos os trabalhos para institucionalização da carreira de Procurador do Estado na Constituição de 1988. Estivemos presentes em praticamente todas as grandes reformas constitucionais, como a Administrativa e da Previdência. Na PGE, a APESP sempre esteve ao lado dos seus associados, lutando por melhores condições de trabalho e remuneração

digna. Foi um caminho longo e difícil pela valorização do exercício da Advocacia Pública no Estado de São Paulo. Destaco a consagração da verba honorária em 1974, fruto de intenso trabalho e que mantém nossa vigilância até os dias de hoje.

#### Você poderia listar as principais vitórias que a APESP obteve para os Procuradores em sua história?

Foram muitas as vitórias da APESP. Além da criação e da consolidação da verba honorária, podemos apontar a consagração da carreira de Procurador do Estado na Constituição de 1988 como Função Essencial à Justiça (art. 132), a retomada do triplique em 1992, a inclusão dos Procuradores no mesmo teto remuneratório da magistratura na EC 41 e, recentemente, a vitória no Supremo Tribunal Federal que garantiu aos Procuradores do Estado de São Paulo o mesmo limite remuneratório das demais carreiras jurídicas.

Você está no cargo de Presidente desde 2020, com um primeiro mandato desafiador em razão da pandemia. Como a APESP enfrentou esse momento?

De fato, nossa gestão começou em janeiro de 2020 e em março, coincidentemente, logo após a posse festiva, foi decretada a calamidade decorrente da pandemia e tudo mudou. Nossas festas não puderam ser realizadas, nossos encontros foram cancelados. Entre dezenas de reuniões virtuais, a APESP foi se reinventando. Passamos a reunir nossos colegas nos cursos on line de línguas e nos workshops promovidos. Hoje, nossos cursos de línguas são um sucesso e têm mais de 150 alunos. Promovemos o "Bar em Casa" e o "Ciclo Bem-estar APESP", além de vários seminários e outros encontros virtuais.

#### Como a APESP contribuiu com a sociedade durante a pandemia?

Criamos a APESP Solidária, de início para ajudar a combater a fome e miséria geradas pela pandemia, que já arrecadou e doou quase meio milhão de reais. Na capital, a SEFRAS foi a maior beneficiada com as doações, mas também outras entidades sérias de todo Estado de São Paulo, indicadas por nossos associados, receberam recursos significativos. Essa campanha cresceu muito e teve como destaque a entrega de 493 brinquedos para crianças em situação de vulnerabilidade social atendidas pelas creches Comendador Piero Pollone (Santo André) e CEI Tiãozinho (São Paulo). Essa foi uma tarde inesquecível em novembro do ano passado.

#### Em sua gestão, quais os maiores benefícios que os associados obtiveram?

Tivemos muitas conquistas, mas a criação e a implementação – durante o auge da pandemia – do nosso plano de saúde foi sem dúvida um destaque. Um sucesso e que hoje cuida de quase 900 vidas e em seu primeiro ano de vigência teve reajuste zero, enquanto a ANS autorizou 15% de aumento nos seguros. Além disso, tivemos a decisão favorável do STF na ação movida pela APESP, que pôs fim à saga do "teto 100".

#### Em sua avaliação, quais outras conquistas merecem destaque?

Não é possível esquecer outras vitórias, tais como o trânsito em julgado da decisão que garantiu nossa titularidade sobre o fundo da VH; a decisão do TJ-SP pela manutenção dos colegas no Plano da Amafresp; a vitória na ação que possibilita a manutenção da aposentadoria no nível. Também lutamos pelo fim do "confisco" das aposentadorias, por meio de ação judicial, que ao final restou prejudicada pela edição da Lei Complementar nº 1.380/22, e na obtenção do auxílio-saúde para os colegas da ativa e aposentados.

## Durante a atual gestão houve um incremento das ações desenvolvidas pela APESP em prol dos associados. Isso impactou também os setores administrativos. Nesse sentido, qual foi a reposta dada pelos colaboradores da Associação?

O Plano de Saúde, com cerca de 900 vidas; as aulas de línguas, com mais de 150 alunos; o futebol semanal; a quadra de beach tennis; as inscrições para as corridas de rua em todo o Estado; o Gympass; as visitas aos museus e exposições; os encontros, festas e congressos, tudo isso demanda um grande trabalho de nossos funcionários. Criamos e aumentamos nossas atividades em prol dos associados e, mesmo com redução do quadro de nossos colaboradores, isso só foi possível pelo comprometimento de todos eles. A Diretoria é provisória, mas os funcionários são perenes na APESP, são a memória desta. Muitos estão há mais de 20 anos na associação e são muito comprometidos com nossos associados. O sucesso da nossa gestão se deve muito a eles.

#### Fale um pouco da atuação legislativa nesse período mesmo com todas as limitações impostas

Atuamos no Congresso Nacional em inúmeras frentes em defesa da Advocacia Pública. Destaco os seguintes projetos que conseguimos sucesso, impedindo a votação: PL 6381/2019 (Ataque aos honorários sucumbenciais; PL 9862/2018 (Vedação ao exercício da advocacia plena); PLP 459/2017 (Securitização da Dívida Ativa); PEC 32/2020 (Reforma Administrativa); PL 2721/2021 (Extrateto); PEC 63/2013 (Adicional por Tempo de Serviço). Em outros, quando não obtivemos o sucesso desejado no âmbito legislativo, atuamos para reverter no Judiciário. Destaco a retomada da nossa legitimidade para ajuizar ações de improbidade, devolvida pelo STF na ADI 7042 ajuizada pela ANAPE.

#### Como a APESP atuou para a melhoria da atuação e da evolução funcional da carreira?

Atuamos fortemente pela implantação correta do sistema Attornatus. Conseguimos garantir aos colegas do último concurso o direito à contagem de tempo de efetivo exercício da advocacia para os fins legais, até o limite de 10 anos. Além disso, lutamos e obtivemos sucesso no repasse dos 10% do reajuste para os Procuradores e na nomeação de todos os remanescentes do último concurso. Posso dizer que tenho muito orgulho da gestão que nossa Diretoria vem fazendo à frente da APESP.

#### No que será possível avançar no seu último ano de gestão à frente da APESP?

Nossa prioridade nesse ano será a luta remuneratória. É preciso compensar a atuação extraordinária dos nossos membros e o excesso de serviço decorrente do número de cargos vagos ou afastamento de colegas. Não esqueceremos, ainda, da recomposição salarial, principalmente para aqueles que estão longe do teto constitucional. Também é compromisso da nossa gestão pleitear a criação de carreira de apoio efetiva. Não há justificativa na postergação dessa implementação, o que relega nossos colegas o desempenho de atividades que não condizem com sua formação e experiência, desperdiçando recursos humanos e dinheiro público imprescindíveis para a defesa do Estado em juízo ou fora dele.

#### Legislativo - Congresso Nacional



## A renovação dos 27 cargos em disputa no Senado Federal foi de 38,5%; na Câmara dos Deputados esse índice foi de 39,38%. Como isso poderá afetar as pautas da Advocacia Pública?

Difícil mensurar com precisão nesse início de legislatura, mas o nosso objetivo junto com a ANAPE será o de construir uma agenda positiva e propositiva no Parlamento Federal, sem, contudo, deixar de observar as ameaças legislativas que tramitam no Congresso. Lutaremos fortemente pela manutenção de nossas prerrogativas e na busca de novas conquistas. Sabemos que eventuais mudanças nos ambientes políticos e econômicos podem impactar (positiva ou negativamente) temas importantes para a Advocacia Pública.

#### Em sua avaliação, a interlocução será melhor com o Senado ou com a Câmara?

Temos boa interlocução com ambas as casas e a capilaridade da ANAPE e das Procuradorias dos Estados ajuda muito. Na Câmara, há uma proximidade maior com os Deputados, mas, no Senado, muitas vezes as conversas sobre os temas da Advocacia Pública fluem com mais facilidade em razão do perfil dos Senadores, muitos ex-governadores, outros com grande vivência nos executivos federal, estadual ou municipal.

## Segundo o Executivo e os Presidentes das duas casas legislativas, a prioridade será a reforma tributária neste 1º semestre. Qual o papel da Advocacia Pública nessa discussão e quais as consequências que essa questão terá para as PGEs?

Trata-se de tema com elevada complexidade, uma vez que envolve diversos *players* (Câmara, Senado, Poder Executivo Federal, Governadores, Prefeitos e Contribuintes). Há duas propostas em tramitação, uma na Câmara e outra no Senado (PECs 45 e 110/2019). Nós temos dialogado com os relatores da matéria, buscando tratamento isonômico para a Advocacia Pública estadual em relação à federal. Temos Procuradores especializados de todo país e, no âmbito na ANAPE, vamos encaminhar propostas de aperfeiçoamento do texto. Entendemos que a Advocacia Pública tem muito a contribuir com o tema e com a melhoria do ambiente tributário brasileiro.

#### Considerando o perfil do novo Governo, há alguma perspectiva de avanço na Reforma Administrativa?

A PEC 32, isto é, a proposta de Reforma Administrativa apresentada pelo governo Bolsonaro, não será retomada pelo atual governo. Isso não significa que outra proposta não possa ser apresentada. O Ministro da Fazenda fala em nova gestão administrativa, mas acreditamos que será com outro viés, não meramente fiscalista, como a anterior. Um bom sinal foi a reabertura da Mesa Nacional de Negociação Permanente, promovida pelo Ministério da Gestão e Inovação, que reúne governo e entidades sindicais e associativas dos servidores públicos.

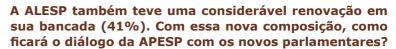
#### Você acredita haver espaço para a PEC 82 e a autonomia das PGEs?

A PEC 82 já foi aprovada pela CCJC e, posteriormente, na Comissão Especial, nos termos de um substitutivo apresentado pelo então deputado Lelo Coimbra (MDB/ES). Assim, aguarda a inclusão na Ordem do Dia do Plenário da Câmara dos Deputados, onde necessita de aprovação em dois turnos com quórum qualificado de ao menos 308 votos. Infelizmente, a proposta parece não contar com a simpatia do atual presidente da Casa, Deputado Artur Lira, senhor absoluto da pauta. Uma alternativa que vem sendo estudada pela ANAPE é a reapresentação da PEC no âmbito do Senado Federal. Caso a nova proposta avance no Senado, ela poderia ser apensada à PEC 82. De qualquer maneira, trata-se de um tema prioritário para ANAPE e APESP nesse ano. E já iniciamos nosso trabalho - ao lado de outras entidades da Advocacia Pública – pela criação de uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Advocacia Pública, reunindo mais de 200 parlamentares.

#### Quais outros projetos e/ou PECs de interesse da carreira que poderão ser destaques em 2023 no Congresso Nacional?

Além da Reforma Tributária, eventual Reforma Administrativa e PEC 82, temos vários outros projetos de interesse da Advocacia Pública e que podem ter tramitação no Congresso Nacional. Destaco os PL's do extrateto, do devedor contumaz, do porte de armas, além de algumas tentativas de alterar a sistemática da percepção de honorários advocatícios, de vedar para toda Advocacia Pública o exercício da advocacia plena e de extinção dos fundos públicos.

#### Legislativo - ALESP



Tão importante quanto a renovação é a alteração das lideranças da casa após tantos anos de domínio do PSDB (tanto no executivo quanto no legislativo estadual). A APESP está buscando aproximação com essas novas lideranças por meio de encontros em nossa sede e na Assembleia Legislativa, quando então teremos a oportunidade de apresentar a PGE-SP, suas principais atividades e demandas. Pretendemos que esse diálogo seja permanente e não apenas nos momentos de votação de projetos de nosso interesse.

## O PLC 31/2017 quase foi votado no final de 2022 no termo da emenda aglutinativa, mas isso acabou não ocorrendo. A tese já está bem sedimentada ou com a nova composição da Assembleia a mobilização precisará de um novo convencimento dos Deputados e lideranças?

Fizemos um excelente trabalho de convencimento no ano passado e, por muito pouco, o PLC 31/2017 não foi votado e aprovado. Trabalho esse que contou com a união do Gabinete e das entidades de classe. Conversamos com todas as lideranças e participei, ao lado da Procuradora Geral, do Colégio de Líderes, quando pudemos expor o projeto, seu impacto e importância para a carreira. Com a nova legislatura, há também um novo cenário, novos líderes e interesses. Faremos contato com todos eles e tenho certeza de que vamos garantir o apoio necessário para aprovação desse projeto tão importante para a PGE-SP.

#### Você considera viável uma reformulação da LOPGE para abarcar, por exemplo, a nova estrutura da PGE-SP com núcleos especializados?

A Lei Orgânica, embora seja uma legislação relativamente nova, não prevê ou regulamenta situações que hoje a PGE-SP vivencia, como a descentralização da atuação do contencioso geral e contencioso tributário-fiscal, os núcleos especializados e o teletrabalho. Por outro lado, algumas disposições da LOPGE jamais chegaram a ser efetivamente implementadas. Penso que um aprimoramento da nossa legislação de regência seja importante, mas deve vir acompanhada de uma discussão prévia com a carreira, Conselho e entidades de classe.

#### Quais outros projetos de interesse da carreira que poderão ser destaques em 2023 na ALESP?

O novo governo já acenou para uma Reforma Administrativa estadual voltada para a gestão de pessoas. É preciso saber o que virá de propostas e como a PGE poderá estar inserida nesse contexto. Também temos trabalhado bastante – e já iniciamos conversas com o atual governo – visando a aprovação de lei que permita a migração do regime previdenciário para os servidores. Trata-se de um tema importante, constitucional e o Estado de São Paulo é um dos poucos entes onde ainda não há tal previsão. Por fim, de acordo com a Procuradora Geral, um de suas prioridades será a reestruturação da PGE e a previsão de uma carreira de apoio jurídico, tão essencial para o desenvolvimento do trabalho de nossos colegas. Ainda não sabemos o teor dessa proposta, mas com certeza demandará uma atuação forte da APESP na Assembleia Legislativa.

## Advocacia Pública torna-se protagonista na responsabilização dos atos do dia 8 de janeiro

Dia 8 de janeiro de 2023: cenas inimagináveis da Praça dos Três Poderes, em uma Brasília sitiada, tomaram conta dos noticiários do Brasil e de todo o mundo. Os prédios do Supremo (o mais atacado), do Palácio do Planalto e do Congresso Nacional foram invadidos e depredados por uma turba que não aceitou o resultado legítimo das eleições realizadas em outubro do ano passado.

Diante da gravidade da situação e ciente da importância da Advocacia Pública para a defesa da democracia, a APESP publicou no mesmo dia dos ataques uma nota de Diretoria (leia íntegra no box da página 7).

A Associação subscreveu ainda o manifesto do Conselho Federal da OAB em apoio ao Estado Democrático de Direito, que foi lido pelo Presidente da Ordem, Beto Simonetti, durante a solenidade de abertura do Ano Judiciário, no Supremo Tribunal Federal, em 1º de fevereiro. O documento foi apoiado por 303 entidades da sociedade civil – incluindo também a ANAPE (leia íntegra no box da página 8).

#### Protagonismo da AGU

Desde o primeiro momento, a AGU tornou-se uma das instituições protagonistas na responsabilização de golpistas pela participação efetiva na depredação, bem como pessoas físicas e empresas por financiar os referidos atos.

Tais pedidos (veja lista completa no box da página 8) são fundados no art.  $4^{\circ}$  da Lei  $n^{\circ}$  7.347, de 1985; no art. 300 e seguintes do CPC e nos termos dos arts. 186, 187 e 942 do Código Civil.

A União destaca que as pessoas físicas e jurídicas elencadas tiveram papel decisivo no desenrolar fático ocorrido em 8 de janeiro de 2023 e, portanto, devem responder pelos danos causados ao patrimônio público federal e derivados desses atos.

"A Advocacia-Geral da União apresentou à Justiça Federal do Distrito Federal quatro ações cautelares com o objetivo de possibilitar futuro ressarcimento dos danos causados e até o presente momento três pedidos principais de conversão em ação civil pública no âmbito das respectivas cautelares", explica o Advogado da União Raniere Rocha Lins, Procurador Nacional da União de Patrimônio Público e Probidade.

"Nos processos foi solicitada a indisponibilidade do patrimônio de 176 pessoas e quatro empresas, sendo 124 pessoas por efetivamente participar da depredação e 52 pessoas e as empresas por financiarem o fretamento de ônibus para os atos antidemocráticos. Todos devem responder pelo prejuízo cau-

sado ao patrimônio público, que no momento é estimado em R\$ 20,7 milhões, em regime de solidariedade, diante da prática de ato ilícito", complementa Lins.

Para Lins, a Ação Civil Pública para condenação definitiva dos réus "se fez necessária dada a gravidade dos atos nos quais os réus se envolveram, uma vez que, além de lesar o patrimônio público federal, esses atos implicaram ameaça real ao regime democrático brasileiro, resultando em episódio traumático na história do país".

O Advogado da União destaca que, no mais recente desdobramento dessa atuação, a AGU ingressou em 3 de março, na Justiça Federal do Distrito Federal, com um 5º feito judicial: "uma ação civil pública indenizatória com pedido para que os financiadores dos atos que resultaram na depredação dos prédios da Praça dos Três Poderes, em Brasília, sejam condenados a pagar R\$ 100 milhões de dano moral coletivo. O processo é movido em face de 54 pessoas físicas, três empresas, uma associação e um sindicato", conclui.



O Advogado da União Raniere Rocha Lins, Procurador Nacional da União de Patrimônio Público e Probidade



Prédio do Supremo Tribunal Federal: o mais atacado em 8 de janeiro

#### APESP REPUDIA ATENTADOS AO PALÁCIO DO PLANALTO, STF E CONGRESSO NACIONAL

A Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, entidade representativa dos Procuradores de Estado e autarquias do Estado de São Paulo há 74 anos, vem a público REPUDIAR veementemente os atentados ao Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional.

O respeito à democracia implica, sobretudo, o respeito às urnas e às instituições, que são os alicerces para o bom funcionamento do Estado Democrático de Direito, como o nosso.

Já não é sem tempo a punição intransigente de todos os envolvidos, de executores a orquestradores, de financiadores a coniventes com tamanho desrespeito às instituições democráticas.

A APESP está à disposição para contribuir com a defesa ampla e irrestrita dos princípios constitucionais e da manutenção da ordem democrática.

**A DIRETORIA** 

#### MANIFESTO EM APOIO AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO DO CFOAB

Os representantes da sociedade civil que subscrevem o presente Manifesto vêm a público reafirmar seu apoio incondicional ao Estado Democrático de Direito e à Constituição. Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem exercido papel fundamental para a consolidação da democracia e para a efetivação dos princípios e garantias dos cidadãos brasileiros. É preciso defender e preservar o STF como instituição vital para a democracia no Brasil.

As liberdades de expressão e de crítica estão entre os valores mais caros ao Estado de Direito. Divergências ideológicas e de opinião são próprias da democracia e devem ter vez no debate público, mas não se confundem com os intoleráveis ataques violentos que põem em risco a própria democracia. Não há uma liberdade para cometer crimes e não é possível tolerar atos que atentem contra a democracia e a própria liberdade.

Em tempos de agressões reiteradas às instituições e da tentativa sistemática de fragilizar a democracia brasileira, que se materializaram nos atos violentos de 8 de janeiro, é urgente uma união nacional, tendo como norte o fortalecimento do regime democrático. Para isso, é essencial a defesa do STF e de suas competências constitucionais, com o respeito ao devido processo legal, à ampla defesa e à presunção de inocência.

É preciso rechaçar os retrocessos e os ataques contra o Estado Democrático de Direito. É chegada a hora de pacificação da sociedade e da união de todos em prol da construção de uma sociedade livre, justa, fraterna e solidária.



Praça dos Três Poderes sitiada por golpistas.

#### CONFIRA AS AÇÕES JÁ MOVIDAS PELA AGU CONTRA OS RESPONSÁVEIS PELOS ATOS GOLPISTAS\*

- 1ª ação: inicialmente, obteve de forma cautelar o bloqueio de bens de suspeitos de financiar o fretamento de ônibus para os atos. Posteriormente, foi solicitada a conversão em principal para pedir a condenação definitiva de 54 pessoas físicas, três empresas, uma associação e um sindicato a ressarcir os cofres públicos.
- 2ª ação: obteve de forma cautelar o bloqueio de bens de 40 pessoas presas em flagrante por participarem da invasão e depredação dos prédios; em seguida, a AGU pediu a condenação definitiva dos envolvidos a ressarcirem os cofres públicos.
- 3ª ação: movida em face de outros 42 presos por participarem da invasão dos prédios e depredação; bloqueio de bens dos envolvidos foi determinado pela Justiça e a AGU pediu a condenação definitiva a ressarcir os cofres públicos.
- 4ª ação: proposta contra mais 42 detidos em flagrante durante os atos; bloqueio de bens já concedido pela Justiça.
- 5ª ação: proposta contra os suspeitos de financiar o fretamento de ônibus para os atos, pede indenização de dano moral coletivo no valor de R\$ 100 milhões.

\*(Fonte: site da AGU)

## Em reunião com a Procuradora Geral, APESP reforça principais pleitos da carreira

A Diretoria da APESP reuniu-se em 16 de março com a Procuradora Geral, Inês Coimbra, na sede da PGE-SP, para tratar dos principais pleitos dos Procuradores do Estado de São Paulo.

O Procurador Geral Adjunto, Caio Guzzardi, também participou da audiência, que foi a primeira após a recondução de Coimbra ao cargo pelo novo Governador Tarcísio de Freitas.

O Presidente da APESP, Fabrizio Pieroni, agradeceu à Dra. Inês pela oportunidade do encontro. "Gostaria, inicialmente, de parabenizar o GPGE pelo rápido apostilamento da decisão do limite remuneratório. Foi uma grande vitória da carreira. Agora, será possível dar início à execução da obrigação de pagar para todos os associados", destacou.

Pieroni adiantou para a Procuradora Geral que a Associação trabalhará junto com o atual Gabinete em dois eixos principais: estruturação da PGE-SP e remuneração da carreira.

#### Estrutura da PGE-SP

A Dra. Inês Coimbra asseverou que a estruturação da Procuradoria é a maior prioridade da sua gestão, conforme foi detectado no Diagnóstico e Planejamento Estratégico realizado no ano passado.

Segundo Coimbra, a intenção é realizar uma reestruturação interna dos servidores, por meio de Decreto, e também ampliar a estrutura de apoio, obedecendo quatro pilares (que se somarão e não serão excludentes):

- i) expansão dos terceirizados, até o limite contratual;
- ii) ampliação dos residentes jurídicos;
- iii) utilização de cargos comissionados, conforme projeto que vem sendo gestado no Governo;
- *iv*) criação da carreira de analista da PGE, conforme projeto a ser encaminhado à ALESP.

#### Quadro de Procuradores

A Procuradora Geral informou ainda que há necessidade de realização de concurso ingresso de Procuradores e que tal fato não inviabiliza o processo de reestruturação, já tendo mantido tratativas com o Governador nesse sentido.

Coimbra esclareceu que será um certame com um menor número de vagas, apenas para repor as perdas atuais e futuras, possibilitando o caminho da PGE-SP até a sua efetiva reestruturação.

#### Sistema Attornatus

A Diretoria da APESP tratou dos problemas do *Attornatus* e da necessidade de dotar a PGE-SP de uma efetiva política de tecnologia de informação. A Dra. Inês Coimbra informou que a Procuradoria nunca investiu tanto em TI e que a reestruturação partirá dessa realidade.

Ademais, detalhou a atuação do GPGE para resolver as inconsistências do novo sistema, relatando a ocorrência de reuniões

semanais com a empresa responsável. A Associação comprometeu-se a encaminhar ao Dr. Caio Guzzardi os relatos de problemas enviados pelos colegas nos últimos dias.

#### Questão remuneratória

Com relação à questão remuneratória, a Procuradora Geral afirmou trabalhar com a ideia de revalorização das cotas e priorização dos níveis iniciais. A perspectiva é que isso ocorra simultaneamente ao repasse do reajuste dos subsídios dos Ministros do STF.

A Diretoria da APESP apresentou ideias para desonerar o fundo da VH e da necessidade de maior transparência em sua gestão por parte do GPGE.

#### PLC 31/2017

Sobre o PLC 31/2017, a Dra. Inês Coimbra afirmou que já iniciou as conversas com setores do Governo pela necessidade de aprovação da proposta. No entanto, será preciso verificar a relação do Executivo com a ALESP, cujos Deputados tomaram posse apenas recentemente (no dia 15 de março, véspera da reunião).

#### **Teletrabalho**

Indagada sobre o teletrabalho na carreira, a Procuradora Geral explicou que a alteração da atual regulamentação, que ela entende suficiente, não é uma prioridade do Gabinete.

#### Representantes da APESP

Além de Pieroni, representaram a APESP a Vice-Presidente, Mara Christina Faiwichow Estefam; a Diretora Financeira, Monica Petri Farsky; o Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes; a Diretora de Assuntos Legislativos e Institucionais, Ana Clara David; a Diretora Social e Cultural, Rosely Pastore; a Diretora de Esportes e Patrimônio, Bruna Helena Alvarez F. Oliveira; e a Diretora de Prerrogativas, Roberta Callijão Boareto.



#### Equipe APESP Esportes: anote na agenda o calendário de corridas de 2023!

Em 2023, a APESP continuará com o projeto de patrocinar para os associados provas de corridas de rua na capital, interior e litoral.

#### Anime-se e venha se juntar à nossa equipe!

Anote na agenda as provas do próximo mês de abril e confira na imagem abaixo o calendário completo até o fim do ano:

- Dia 16/4 − TF São Carlos (5K ou 10 K) − valor R\$ 50,00;
- Dia 23/4 − TF Campinas (5K, 10K ou 21K) − valor R\$ 50,00;
- Dia 30/4 − TF Pompéia / Pça. Charles Miller (5K ou 10K) − valor R\$ 50,00.

AS VAGAS SÃO LIMITADAS! Inscreva-se o quanto antes pelo telefone (11) 3293-0800, com a funcionária Fernanda, ou pelo e-mail eventos@apesp.org.br. No ato da inscrição deverá ser informado o nome completo, e-mail, CPF, RG, telefone, a quilometragem que pretende percorrer e o tamanho da camisa (conforme medidas disponibilizadas em cada prova). O eventual não comparecimento à prova implicará o ressarcimento integral do valor da inscrição.



#### Em 2023 amplie suas fronteiras; inscreva-se nos cursos de idiomas da APESP

A APESP disponibiliza para seus associados cursos de inglês, espanhol, italiano, francês e alemão, com professoras qualificadas, livros didáticos e material complementar (encaminhado via *whatsapp* no grupo das respectivas turmas). As aulas são realizadas pela plataforma *Zoom* e o investimento é de R\$ 100,00 ao mês por aluno inscrito. Conheça os horários e temas:

- ► INGLÊS: turmas "iniciante", "intermediário", "pré-intermediário", "avançado", "action" (com temática cinematográfica) e "law". As aulas são com a professora Leticia Martelli (acesse no link <a href="https://bit.ly/3x7uFAf">https://bit.ly/3x7uFAf</a> o currículo);
- **► ESPANHOL**: turmas às segundas-feiras, das 10h30 às 12h, com a professora Maritza Velez (acesse no link <a href="https://bit.ly/32irgb4">https://bit.ly/32irgb4</a> o currículo);
- ► ITALIANO: turmas às segundas-feiras ou terças-feiras, das 18h às 19h30, com a professora Rosangela Andrioli (acesse no link <a href="https://bit.ly/2Q1tt0N">https://bit.ly/2Q1tt0N</a> o currículo);
- ▶ FRANCÊS: turmas às quartas-feiras, das 18h às 19h30, com a professora Cecília Cardoso (acesse no link <a href="https://bit.ly/3dw108Y">https://bit.ly/3dw108Y</a> o currículo);
- ► ALEMÃO: turmas às quintas-feiras, das 18h às 19h30, com a professora Mirelle Amaral Meredig (acesse no link <a href="https://bit.ly/3TcpUjN">https://bit.ly/3TcpUjN</a> o currículo).

Os interessados deverão solicitar a inscrição para uma entrevista com a professora de cada idioma para uma avaliação da turma mais adequada ao aluno pelo telefone (11) 3293-0800, com a funcionária Fernanda (fbonifacio@apesp.org.br), ou ainda pelo *whatsapp* oficial da APESP.

Maiores informações sobre os cursos também poderão ser obtidas por meio desses canais.



## Diretoria da Associação visita Regionais de Araçatuba e Presidente Prudente

A Diretoria da APESP visitou, nos dias 22 e 23 de março, as sedes das Regionais de Araçatuba e Presidente Prudente e também a Seccional de Dracena para conhecer as demandas da Unidade, além de discutir as principais propostas para a valorização e estruturação da carreira.

Representaram a Associação nos encontros o Presidente Fabrizio Pieroni, a Diretora Financeira, Monica Petri Farsky, e o Secretário Geral, José Luiz Souza de Moraes.

"Esse contato direto é sempre muito gratificante e produtivo. Um olhar próximo proporciona à entidade de classe direcionar sua atuação para os reais problemas vivenciados pela Unidade", salienta Pieroni.

Além disso, Pieroni frisa que "a PGE-SP tem grande importância para todo o nosso Estado, o que confirma a relevância da manutenção das Unidades do interior".

Dentre os temas de interesse abordados, estiveram a gestão do Fundo da VH, a execução coletiva do "teto 100", a mobilização pela aprovação do PLC 31/2017 e os problemas apresentados pelo *Attornatus*.

#### Atuação associativa

Pieroni relembrou ainda as dificuldades que a atual Diretoria da Associação enfrentou na pandemia, registrando as principais conquistas para os associados, tais como a criação do Plano de Saúde da APESP e o sucesso dos cursos de idiomas oferecidos.

Em termos de avanços institucionais, apontou a exitosa luta pela nomeação dos remanescentes, as vitórias nas ações do "teto 100" e da aposentadoria no nível e a criação do auxílio-saúde (para os colegas da ativa e aposentados).





Visita aos colegas de Presidente Prudente em 23 de março



Visita aos colegas de Araçatuba em 22 de março

#### Seccional de Dracena

Destaque-se ter sido a primeira vez que a Seccional de Dracena, que conta apenas com a Procuradora Daniela Angelotti, foi visitada por um Presidente da APESP.

"Fico honrado com esse feito e destaco a excelência do trabalho desempenhado pela colega", afirma Pieroni.

Em 22 de março, Seccional de Dracena recebeu a primeira visita de um Presidente da APESP

# IORNAL DA APESP | N. 105 | MARÇO 2023

## Por uma vida saudável e ativa, APESP oferece um novo benefício aos associados: o Gympass

Em 6 de março, teve início a parceria da APESP com o Gympass, um plano com inúmeras possibilidades de cuidados do corpo e da mente.

A plataforma oferece a maior rede de academias, estúdios e aplicativos de bem-estar, com diversas modalidades (*pilates*, *yoga*, lutas, *bike*, natação, *crossfit*, terapias *etc*).

Além disso, os usuários têm à disposição aplicativos e atividades *online*, como *personal trainer*, aulas coletivas, *app* de nutrição e acompanhamento *fitness*, dentre outras.

Aqueles que manifestaram interesse no serviço já podem fazer o próprio cadastro e de até 3 (três) dependentes pelo site <a href="www.gympass.com/br">www.gympass.com/br</a> ou pelo APP.

Quem ainda não o fez, deve informar o interesse pelo telefone (11) 3293-0800 para ser incluído na lista de beneficiários aptos.

O custo será de R\$ 10,00 debitados na mensalidade da APESP mais o valor dos planos escolhidos (que deverá ser pago no cartão de crédito).



